

vida mundial

N. 1849 20/2/1975

CRISE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

COMPRAR EM ANGOLA 17\$50 - MOÇAMBIQUE 20\$00

CASO DELGADO: **JOGO ESCONDIDO?**

PROBLEMAS DE PLANEAMENTO

A CIDADE E OS CAMPOS

Julgamos que não será de todo inútil continuar a filosofar um pouco sobre certas questões centrais ligadas ao planeamento e ao desenvolvimento económico-social, sobretudo para que se compreenda que o essencial dessas questões é facilmente apreensível e, como não podia deixar de ser, toca demasiado profundamente no quotidiano de cada um para que possamos confiá-las descuidadamente aos políticos ou aos técnicos que, do alto das suas competências, servem os desígnios daqueles. Estas breves considerações terão ainda, subsidiariamente, a possível utilidade de chamar a atenção para o facto, assaz bizarro, de se tratar de problemas que os partidos políticos têm, até aqui, evitado abordar. As suas propostas estão, é claro, subjacentes diferentes «projectos de sociedade», como hoje se diz, mas tais projectos nunca são explicitados — isto talvez porque todos os partidos se reclamam do «Povo», e tal explicitação implicaria esclarecer de que «Povo» falam e enfrentar as contradições que lhe são inerentes, coisa incómoda para a almejada «unidade». A única contradição que emerge com pujança dos discursos partidários, nem de todos, é a que opõe monopólios/latifúndios a povo/M. F. A. É pouco, e é pobre para efeitos de fundamentação de qualquer «projecto de Sociedade».

O problema a que iremos dar algumas achegas é o da compatibilização entre um planeamento «central» e o necessário revigoramento (não apenas económico) das comunidades regionais. Estamos perante uma das formas que reveste hoje o clássico conflito cidade/campo. Pelo facto de ser na cidade, em geral mais precisamente na capital, que se encontra concentrada a maior parte dos técnicos e intelectuais, supõe-se apressadamente que é aí que reside a «inteligência social», ou seja, a capacidade de apreender e equacionar politicamente o conjunto das necessidades da «comunidade nacional», e de formular, numa situação (como são todas) de limitação de recursos, as soluções globais que melhor os reparam. Mas o que significa uma repartição de recursos melhor ou pior? Ela será melhor ou pior em função de determinados objectivos e de acordo com determinados critérios. Por exemplo, quando há regiões cla-

ramente mais atrasadas do que outras (e haveria também que precisar o que se entende por e como se define o «atraso»), é — ou será, por hipótese — o órgão de planeamento central que irá promover a correcção desses equilíbrios. E admitamos mesmo que tudo isto se passe muito democraticamente: terá havido numerosas comissões e grupos de trabalho a participar na elaboração do Plano, ter-se-ão feito ouvir os «órgãos regionais», etc., etc. Ir-se-ão, assim, implantar provavelmente grandes unidades industriais em zonas onde virão a constituir autênticos quistos promotores de uma «civilização industrial» agressora, quando seria porventura muito mais vitalizante incentivar a libertação de uma «energia cultural» própria, canalizando-a para tarefas de desenvolvimento local ou regional. Ou pretender-se-á criar certas «facilidades» sociais, como creches e infantários, onde a vida comunitária já se encontra organizada

de forma a que sejam bem outras as necessidades prioritárias.

Esta ditadura da tecnocracia cidadina, ainda que exercida em nome de uma «visão socialista», ainda que tal tecnocracia se encontre ao serviço de qualquer autodenominada vanguarda política, continuará a ser a negação mesma de algo a que se possa chamar de autêntica «democracia popular». Esta nunca poderá prescindir de um grau tão elevado quanto possível de autonomia regional, de iniciativa das massas a nível regional.

As duas experiências mais conhecidas tendentes à solução deste conflito entre centralismo e descentralização são a jugoslava e a chinesa. Ambas nascidas à sombra do modelo soviético, fortemente centralizador, a primeira cortou com ele logo após o fim da segunda guerra mundial e lançou um socialismo «autogestionário», a segunda só veio a «reencontrar-se» plenamente a partir da traumatizante retirada de todos os técnicos soviéticos em 1960 (sendo tal retirada — que deixou a meio da montagem numerosas unidades industriais — já consequência, aliás, do desacordo soviético em relação a conceitos de desenvolvimento considerados demasiado heterodoxos...).

País de mais escassos recursos e mais desarmado ideologicamente, a Iugoslávia não conseguiu escapar a uma gradual aproximação dos países capitalistas, acentuada após as reformas de 1965, tendo a sua experiência de «autogestão» (a nível de empresas, de serviços e administração locais) degenerado num revigoramento da economia de mercado, que hoje só aparentemente se diferencia de uma economia capitalista. Falhou um «projecto socialista» coerente, capaz de evitar que a dialéctica Partido — órgãos de autogestão viesse a resultar na criação de uma nova elite, de marcado sentido individualista. Entretanto, as regiões atrasadas continuaram atrasadas, fornecendo largos contingentes de emigrantes aos paí-

ses capitalistas ocidentais, bem como boas somas de divisas ao Estado, com as quais este financia as abundantes importações de que necessita. Casos como este, sem auto-gestão, conhecemos nós bem...

Já no caso da China, desde os tempos distantes da luta armada que, ao longo dos anos, a íntima ligação partido-exército revolucionário-camponeses produziu, através da acção e da permanente discussão política a todos os níveis, um verdadeiro «projecto socialista» fortemente radicado nos problemas das comunidades locais e regionais, em particular das comunidades camponesas. Tal projecto apontou desde cedo para o conceito-base de «contar com as próprias forças». É certo que os recursos imensos de um país como a China fa-

voreceram o êxito da aplicação prática de tal conceito. É certo, também, que o contexto histórico e cultural da revolução chinesa, bem como a sua inserção geográfica e o seu nível económico à partida, concorriam para que os modelos de «sociedade de consumo» lhe fossem totalmente estranhos e de difícil penetração. Tudo isso constitui, naturalmente, um conjunto de factores a ter em conta e a impedir qualquer transposição mecânica da experiência chinesa para outras regiões. Nem por isso, contudo, ideias-força como a de «contar com as suas próprias forças», com tudo o que contém de apelo à imaginação, à criatividade, à descoberta de soluções novas, deixam de ser particularmente estimulantes e merecedoras de alguma reflexão. Essa simples noção, só por si, representa um inegável incentivo à luta contra o centralismo citadino, se bem que, obviamente, a auto-subsistência regional seja, de um modo geral, não só inatingível como, levado ao extremo esse propósito, uma fonte de desperdício de recursos (os chineses também conhecem tal experiência negativa, sobretudo no período do «grande salto em frente», sendo já clássico o exemplo dos pequenos altos-fornos de aldeia).

Que tem isto que ver com Portugal? Poderá pensar-se que Portugal possa sobreviver contando só com as suas próprias forças? Ou que, no limite oposto, cada pequena comunidade rural possa igualmente adoptar tal princípio? Pôr assim o problema é, obviamente, incorrecto. Mas perspectivando o futuro em termos de «recorrer ao máximo às próprias forças» é não só correcto como, provavelmente, a única saída possível. Com efeito, ou o sistema político português toma tal feição que de novo encorage as «ajudas externas» que não têm ultimamente abundado de nenhuma latitude — e é bom meditar a que feição (ou feições) nos estamos referindo — ou teremos de enfrentar aquela situação, que exigirá a coragem de todas as soluções libertadoras, e não poderá desperdiçar a menor parcela das energias ancestralmente adormecidas por esse país fora.

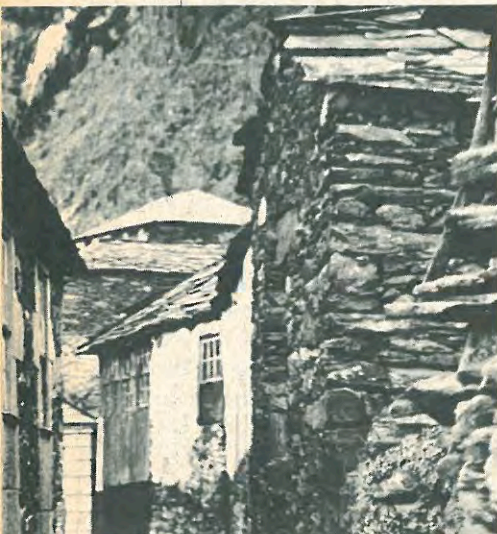
Com efeito, será possível a um qualquer «gabinete do Plano» em Lisboa prever e programar as medidas mais adequadas para solucionar um sem-número de problemas regionais e locais, apenas com base nas informações de meia dúzia (ou umas dúzias, é o mesmo) de representantes encartados das ditas regiões? Não será, por essa via, matar à nascença toda uma variedade inimaginável de soluções que as massas po-



pulares poderiam e deveriam encontrar por elas próprias, quantas vezes à custa de bem menores volumes de recursos sociais? A própria política de investimentos, excluídos os grandes investimentos industriais e de infra-estruturas, em princípio da competência do Estado, não deveria ser largamente descentralizada, de forma a desenvolver comunidades regionais equilibradas, e com apreciável autonomia, sob reserva de uma articulação muito flexível que precisamente teria por função evitar as duplicações de esforços, e portanto os desperdícios sociais? Não teria isto de ser acompanhado de uma reactivação da vida cultural e política regional, em que à função de «animação» competiria papel fulcral, convindo não a confundir com qualquer paternalista orientação por «especialistas» da intelectualidade lisioeta?

É claro que tudo isto levanta mil e uma novas interrogações. O «projecto» é de tal monta, parece de tal forma «aventuroso», que será fácil apodarem-nos de vendedor de ilusões. Será tentador substituí-lo por outro mais dirigista, mais tecnocratizante, mais experimentado — enfim que reserve menos surpresas, pelo menos na aparência. Temem-se boicotes, resistências, intervenções — que, afinal, mesmo sem tais ousadias, já se estão a verificar diariamente. É de facto mais cómodo «pensar Portugal» como uma sociedade que terá de seguir os trilhos já batidos de qualquer «sociedade de consumo», de Leste ou Oeste. Mas torna-se cada vez mais claro que o tempo, o desenrolar da dialéctica social, se encarregarão, em dado momento, de alinhar as poucas opções possíveis. Não nos apercebermos delas a tempo, «descolar» soberanamente das realidades sociais, poderá talvez significar que se escolheu em última análise uma via pouco original para algo nada original...

JOÃO MARTINS PEREIRA



Será possível a um qualquer "gabinete do Plano" em Lisboa prever e programar as medidas mais adequadas para solucionar um sem número de problemas regionais e locais, apenas com base nas informações de meia dúzia (ou umas dúzias, é o mesmo) de representantes encartados das ditas regiões?





Pelo facto de ser na cidade, em geral, mais precisamente na capital que se encontra concentrada a maior parte dos técnicos e intelectuais, supõe-se apressadamente que é aí que reside a "inteligência social", ou seja, a capacidade de apreender e equacionar politicamente o conjunto das necessidades da "comunidade nacional".

PERGUNTAS INDISCRETAS

● Foi recentemente anunciada a abertura de concurso público para instalação de uma linha de montagem de tractores. São precisos tractores, está demonstrada a viabilidade da unidade industrial (segundo se afirma no despacho que fixa as condições do concurso), que há de mais natural que tal iniciativa tenha sido tomada? E, no entanto, a notícia deixou-nos algo confusos. Sugere-nos, mesmo, algumas interrogações:

— Montar tractores, montar automóveis, montar autocarros de passageiros, montar camionetas de carga — não serão actividades industriais de **idêntica natureza**? Uma nova política agrícola e uma nova política de transportes não deveriam ser os pontos de partida necessários para uma nova «política de utilização» das numerosas linhas de montagem de veículos **já existentes**? Estarão aquelas já definidas? Ter-se-á já feito a articulação entre elas e o destino a dar no futuro às linhas existentes? Ou admite-se que estas continuarão a despejar anualmente cataduplas de automóveis sobre o mercado e que as asneiras que em tempos se cometeram nesta matéria não têm remédio?

— Não tomou recentemente o Estado o controlo de uma empresa metalomecânica há anos especializada em máquinas agrícolas e posteriormente «reconvertida» à montagem de camiões militares? Será completamente disparatado supor que tal unidade pudesse reunir esses dois tipos de experiência e enveredar pela montagem de tractores?

— Se o objectivo prioritário é o de criação de empregos, e admitindo como viável a solução do ponto anterior (que «apenas» permitiria manter os já existentes), porque não ir criá-los no desenvolvimento das numerosas indústrias de acessórios e subconjuntos que, mesmo com o actual nível industrial português, julgamos que poderiam vir a incorporar nos veículos contados, a relativamente curto prazo, bastante mais de 25 ou 30 por cento do seu valor? Implicaria isto uma redução drástica no número de marcas no mercado? Certamente que sim! Mas isto não terá necessariamente de ser feito, mais tarde ou mais cedo, doa a quem doer?

● Vieram mais dois economistas de renome internacional com o objectivo de tirar a limpo o «que fazer» do projecto de Sines. Para além de parecer um pouco estranho o método — não haveria quem o pudesse fazer entre nós? A direcção do Gabinete, que pelos vistos mantém a confiança do Governo, não tem ideias sobre o assunto? Ou não merecerá tanta confiança como se julga? — Gostaríamos de ser informados sobre quais as directrizes **políticas** que aqueles especialistas terão sido dadas. Ou será o projecto de Sines algo que possa ser «avaliado» independentemente das condições políticas em que se inscreve? Cremos que ninguém com um mínimo de

caco poderá responder afirmativamente a esta questão, mas por outro lado não estamos a ver aqueles técnicos a querer meter-se por tais caminhos... Enfim, não nos arriscaremos a que, depois de ter o sr. Lundberg sugerido as medidas que tomaria para a economia portuguesa «se ela fosse a sueca», nos venham estes americanos dizer o que fariam de Sines, se Sines fosse na Florida?

● Ao que parece (notícia do «Expresso» de 8 de Fevereiro) está lançado o concurso de pré-qualificação para o complexo adubeiro de Sines. Dada a indispensável integração a fazer, a nível de planeamento, entre os sectores pirites-adubos-siderurgia-refinação de petróleo, já estará constituído algum grupo de trabalho que se ocupe deste assunto, na perspectiva de um controlo quase total do Estado sobre estes sectores, como se julga que o Plano Económico virá a determinar? Ou estará, como é hábito, cada um a trabalhar para o seu lado (Administração por parte do Estado das Pirites Alentejanas, Administração do novo complexo adubeiro estatal, Comissão do Plano Siderúrgico Nacional, Comissão encarregada da fusão das empresas petrolíferas — e ainda o Gabinete de Sines)? Se assim for, qual a vantagem (económica e também política) de tomar o Estado o controlo da indústria básica?

S. M. P.